

Dívida pública cresceu R\$ 14 bilhões em junho

Prazo médio para vencimentos dos títulos é o mais baixo dos últimos 12 meses, devido aos leilões promovidos pelo BC

Vivian Oswald

• BRASÍLIA. A desvalorização de 12,78% do real frente ao dólar em junho e as turbulências enfrentadas pela economia brasileira desde o fim de maio fizeram a dívida pública em títulos crescer R\$ 14,36 bilhões só no mês passado.

O endividamento total passou de R\$ 639,39 bilhões em maio para R\$ 653,75 bilhões em junho. A parcela da dívida que varia pela cotação da moeda americana já representa 33,15% do total da dívida, subindo dos R\$ 193,7 bilhões de maio, quando a participação era de 30,29%, para R\$ 216,74 bilhões no mês passado. Desde a mudança do regime cambial, em janeiro de 1999, os papéis cambiais não representavam uma parcela tão grande da dívida.

Cai prazo médio de vencimento dos títulos

O prazo médio para o pagamento dos títulos públicos também ficou mais curto, caindo de 35,12 meses para 32,86 meses — a mais baixa média dos últimos 12 meses. No primeiro semestre, a dívida pública já deu um salto de R\$ 18,64 bilhões — 77% desse total no mês passado.

Apesar da evidência dos números, o secretário do Tesouro Nacional, Eduardo Guardia, faz um discurso tranquilizador:

— A dívida é administrável e esse aumento não afeta nossa capacidade de pagamento — disse Guardia.

A concentração de títulos públicos que vencem a curto prazo, ou seja, nos próximos 12 meses, também está aumentando. Os leilões de trocas

de papéis de prazos mais longos por outros com vencimentos mais curtos, realizados pelo Banco Central (BC) em junho para tentar acalmar o mercado, provocaram um aumento na dívida de curto prazo do governo.

Cresce parcela da dívida que vence a curto prazo

Com isso, até junho de 2003 vencem R\$ 213,56 bilhões em papéis públicos, ou seja, 32,67% do total, contra 27,76% (R\$ 177,52 bilhões) em maio. Essas operações de troca ainda elevaram o total de títulos que terão que ser honrados ainda este ano em R\$ 25,4 bilhões e também aumentou os vencimentos previstos para 2003 em R\$ 10,8 bilhões.

O ex-diretor do BC Carlos Thadeu de Freitas avalia os números e diz que um crescimento da dívida nesse ritmo deixa para o próximo governo cada vez menos espaço para gastos. Ele acredita que o aumento dessa dívida poderá levar o futuro presidente, inclusive, a elevar a meta de superávit primário (receitas menos despesas, sem contar os gastos com juros) para 2003, hoje em 3,75% do PIB.

— O BC pode emitir reais para pagar a dívida pública interna. Mas isso aumentaria a inflação e, para não elevá-la, será necessário um esforço fiscal maior do que os 3,75% do PIB. É uma saída curta para o próximo governo, que não vai poder fazer nada a não ser gerar saldos primários — disse Carlos Thadeu.

Guardia acredita, no entanto, que as turbulências no mercado devem diminuir depois do período eleitoral. ■

Editoria de Arte

A evolução do endividamento brasileiro

